

Concepções e iniciativas agroecológicas no estado de Sergipe

Conceptions and agroecological initiatives in the state of Sergipe

ALMEIDA, Ana Cristina Oliveira de¹; PINHEIRO, Raquelle Carolline dos Santos²; SANTOS, Amaury da Silva dos³

1 Mestranda em Agroecologia, Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP - Brasil, ac_oalmeida@yahoo.com.br;

2 Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE - Brasil, raquellepinheiro@hotmail.com; 3 Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju/SE - Brasil, amaury.santos@embrapa.br

RESUMO: Surge no mundo a demanda de pensar uma nova forma de desenvolvimento rural com enfoque sistêmico como se propõe a Agroecologia. Para isso, faz-se necessária a transição agroecológica guiada pela construção do conhecimento agroecológico. Este trabalho objetivou identificar iniciativas para a construção da Agroecologia desenvolvidas pelos diversos órgãos públicos e organizações não governamentais do meio rural no estado de Sergipe. Foram pesquisados dados por meio de entrevistas, consultas, acesso a publicações, além da participação em eventos. Diagnosticou-se a ausência de uma atuação com enfoque sistêmico comprometida com o desenvolvimento de agroecossistemas além de uma relação mais próxima entre as organizações de ensino, pesquisa e extensão que contribua na construção da Agroecologia no estado. Conclui-se que em Sergipe o processo de transição agroecológica ainda está se iniciando, visto a dimensão e conseqüente abrangência que têm tido os trabalhos encontrados neste estado.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento rural, transição agroecológica, construção do conhecimento agroecológico.

ABSTRACT: Arises in the world demand a new way of thinking of a systemic approach to rural development as proposed Agroecology. For this, it is necessary agroecological transition driven by the construction of agroecological knowledge. This study aimed to identify initiatives to build agroecological knowledge that are developed by various public agencies and nongovernmental organizations in rural areas in the state of Sergipe. Were investigated data through interviews, consultations, access to publications, as well as participation in events. Was diagnosed the absence of a performance with a systemic compromised with the development of agroecosystems and a closer relationship between the organizations of education, research and extension that helps in the construction of Agroecology in the state. It is concluded that in Sergipe the process of agroecological transition is still starting, since the size and scope that have been subsequent work found in this state.

KEY WORDS: rural development, agroecological transition, agroecological knowledge.

Introdução

A Agroecologia vem sendo reconhecida pelos diversos setores da sociedade como uma nova forma de promover o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, a construção do conhecimento agroecológico exige uma complexa mudança de paradigma na sociedade. Entende-se, no contexto deste artigo a construção do conhecimento agroecológico como a articulação sinérgica de diferentes saberes, que reposiciona as inovações de cada comunidade como ferramenta metodológica essencial para a criação de ambientes para o diálogo da academia com os agricultores (PETERSEN et al., 2009).

Segundo Altieri (2009),

“a Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda, tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”.

Dessa maneira, o processo de construção do conhecimento agroecológico, deve contar com a participação efetiva dos agricultores para o enfrentamento ao modelo convencional de agricultura imposto pela Revolução Verde, o que requer uma visão sistêmica dos múltiplos fatores que se relacionam nesse processo (MOREIRA e CARMO, 2007). Dentro dessa visão, na Agroecologia se buscam metodologias que visem a união da pesquisa, extensão e ensino dentro de uma mesma perspectiva, de modo que permitam

“transformar o objeto de pesquisa em sujeito da mesma, reconhecendo o saber popular como válido e base para a construção de um conhecimento novo e transformador”

(MOREIRA e CARMO, 2007).

Caporal (2009) afirma que deve ser

“prioridade inadiável que a pesquisa, ensino e extensão rural devam reinventar seus enfoques tradicionais à luz do imperativo socioambiental da nossa época”.

Para tal, urge pensar-se em um processo de transição agroecológica baseado nos princípios propostos por este autor. A integração entre os três setores citados acima se faz necessária para que se evitem interpretações errôneas sobre o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que este tem sido utilizado até mesmo por setores acadêmicos e empresariais ligados ao agronegócio.

Em função do crescente uso no estado de Sergipe de termos como “agroecologia”, “agricultura ecológica”, “agricultura orgânica”, “agricultura sustentável”, entre outros, torna-se necessário que se tenha clareza de como o enfoque agroecológico está inserido nas experiências que hoje têm sido desenvolvidas no território sergipano, uma vez que existem trabalhos relevantes de extensão e pesquisa que apostam na Agroecologia para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado.

O objetivo deste trabalho foi o levantamento de informações sobre as concepções de Agroecologia e das iniciativas agroecológicas nas atividades executadas pelos diversos órgãos públicos e organizações não governamentais no meio rural do estado de Sergipe.

Metodologia

Para o levantamento das informações foram pesquisados dados de órgãos públicos e organizações não governamentais por meio de entrevistas semi estruturadas. Foram ainda consultadas as páginas eletrônicas dos órgãos e publicações sobre os trabalhos desenvolvidos e

respectivos resultados. Aproveitaram-se também eventos como o I e II Seminário Sergipano de Agroecologia realizados, respectivamente, em abril de 2010 e maio de 2011 no município de Aracaju, o II Seminário de Agroecologia e Agricultura Familiar Sustentável do Sertão Sergipano realizado no município de Poço Redondo em outubro de 2010 e a IV Semana Acadêmica de Agronomia que ocorreu em novembro de 2010 na Universidade Federal de Sergipe (UFS) no município de São Cristóvão. Estes eventos foram muito importantes nesta pesquisa, uma vez que reuniram um público diverso, contando tanto com a comunidade acadêmica como com agricultores familiares e movimentos sociais.

Para a realização das entrevistas confeccionou-se um roteiro, cujo objetivo foi problematizar a atual conjuntura em que se encontravam os projetos que propõem a construção da Agroecologia e perspectivas para seu avanço nos territórios sergipanos. Buscou-se conhecer as diversas concepções sobre Agroecologia que se percebia em Sergipe e, a partir daí, provocar aos entrevistados que apontassem as dificuldades enfrentadas para a construção do conhecimento agroecológico, identificar suas atividades desenvolvidas, diagnosticar se existia a interação entre as organizações promotoras da Agroecologia, e por fim, caracterizar as potencialidades que o estado de Sergipe possui para o desenvolvimento de trabalhos em Agroecologia. Por meio das primeiras entrevistas foi possível identificar outras pessoas e entidades para novas entrevistas.

Os órgãos públicos consultados foram: Banco do Nordeste – BNB, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, Instituto

Federal de Sergipe – IFS, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Universidade Federal de Sergipe – UFS.

As organizações não governamentais consultadas foram: Articulação do Semiárido Sergipano – ASA Sergipe, Associação Cultural Raízes Nordestinas – ACRANE, Cáritas Diocesana de Propriá, Centro Acadêmico Livre de Engenharia Agrônômica – CALEA, Centro Dom José Brandão de Castro – CDJBC, Coletivo de Juventude Campo e Cidade, Espaço de Vivência Agroecológica – EVA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETASE, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA, Rede de Educação Cidadã – RECID, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

De posse das entrevistas, os dados foram tabulados e analisados qualitativamente, buscando identificar aspectos importantes para a construção do conhecimento agroecológico no estado de Sergipe.

Resultados e Discussão

Produção agroecológica e agricultura orgânica

A produção orgânica tem alcançado destaque na comercialização de alimentos por se basear na produção sem o uso de agrotóxicos e comprometida com o meio ambiente. No entanto, em alguns casos, apresenta contradições como as grandes extensões de terra em que é cultivada, a falta de diversidade na produção e a busca frenética para atingir novos mercados e mais lucros, com a formação e ocupação de nichos de mercado. A Agroecologia é a ciência que prega a mudança de paradigma partindo de uma nova relação social, econômica, ambiental, cultural e

ética, num processo de transição agroecológica que se faz necessário (CAPORAL, 2009). Portanto, entende-se que a produção orgânica pode ou não estar inclusa nesse processo de transição, bem como os diversos modelos de agriculturas de base ecológica como a Permacultura, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Natural entre outras.

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) funciona a Coordenação de Agroecologia que é responsável majoritariamente pelas ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil, envolvendo ações que vão da promoção e fomento à elaboração de normas e a implementação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica (MAPA, 2010a, b e d). E foi por meio da lei 10.831/2003, intitulada Lei dos Orgânicos, que o MAPA estabeleceu três mecanismos de controle da qualidade orgânica, de acordo com o perfil dos produtores (MAPA, 2010c), que são: a certificação por auditoria; os sistemas participativos de garantia e; controle social na venda direta. Dentre os mecanismos citados destacam-se as Organizações de Controle Social (OCS) que têm o objetivo de fiscalizar e regulamentar os produtos oriundos da agricultura familiar orgânica, e garantir qualidade aos produtos comercializados nas feiras e nos mercados locais. Segundo informações obtidas no MAPA, há um a elevação da exigência do mercado consumidor quanto à procedência e qualidade dos produtos orgânicos, sendo que em Sergipe, a identificação, organização, acompanhamento e fiscalização das OCS ficam a cargo de extensionistas da EMDAGRO. Este mecanismo destaca-se entre as outras duas, pois permite que um grupo de agricultores (esteja associado, cooperado ou não) seja auto declarado ou declarado pela sociedade como produtor orgânico. É importante ressaltar que são muitos os agricultores orgânicos e agroecológicos no estado, no entanto, ainda não são reconhecidos como tal,

porque necessitam da legitimidade do MAPA e demais órgãos competentes para serem considerados e valorizados perante os consumidores. Há de se destacar que nos últimos anos a delegacia do MDA em Sergipe tem promovido e fortalecido feiras de agricultores familiares orgânicos, que tem se espalhado por todo estado.

Segundo informações do MAPA, até o final de 2012 foram criadas 11 OCSs em Sergipe totalizando 115 produtores declarados como orgânicos. Este número foi estimado com base na distribuição de 300 kits do Programa “Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS” do SEBRAE - implantados no estado em 2012. Nascimento et al. (2011) analisaram a percepção do PAIS por parte de agricultores familiares em Sergipe. Estes autores verificaram o alto grau de aprovação do programa, havendo inclusive uma predominância de mulheres na atividade. Embora a iniciativa do PAIS tenha o grande mérito em proporcionar produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, ainda tem sido empregado, em sua grande maioria, na forma de “pacotes”, ou seja, no formato tradicional da extensão rural, de forma verticalizada, sem favorecimento para a construção de conhecimento.

Os dados pesquisados mostram um pequeno número de produtores orgânicos declarados no MAPA, e esta contagem poderia ser maior caso houvesse mais estímulos para que o agricultor pudesse ter acesso a uma assistência técnica que trabalhasse diretamente para a promoção de agriculturas de base ecológica, considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais. No entanto, a tendência é este número crescer, pois pesa a favor o lançamento em 2012 da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a qual tem por objetivos

“integrar, articular e adequar políticas,

programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (BRASIL, 2012).

Uma experiência relevante para a produção orgânica no estado de Sergipe é a Associação de Produtores Orgânicos do Agreste - ASPOAGRE que, em parceria com a Associação de Engenheiros Agrônomos de Sergipe - AEASE, promove uma feira de produtos orgânicos e mantêm pontos comerciais para venda de seus produtos em Aracaju e Itabaiana. A ASPOAGRE existe desde o ano 2000 e é composta por 18 associados e seus produtos (acerola, banana, batata doce, coco, hortaliças, inhame, mamão, mandioca, maracujá, milho, quiabo, entre outros) têm o Selo Orgânico concedido pelo Instituto Biodinâmico (IBD) desde 2004. Dentre as dificuldades diagnosticadas pelos agricultores da associação está a falta de uma assistência técnica especializada que possa contribuir para o manejo agrícola, auxiliando na solução de problemas como as perdas devido ao ataque de pragas e doenças. Segundo o MDA (2010) a Agroecologia deve orientar o desafiante objetivo da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), no curto, médio e longo prazo, de consolidação e/ou construção, junto aos agricultores familiares, de estilos de agricultura e de desenvolvimento sustentáveis. No entanto, na prática o que se detecta em Sergipe e em outros estados são os agricultores buscando suas soluções autonomamente, com apoios pontuais em órgãos de assistência técnica e pesquisa oficial.

Em relação à comercialização de produtos de base ecológica, embora o mercado consumidor venha se elevando nos últimos anos, se observam

poucas políticas públicas que possam inserir agricultores agroecológicos dentro destes mercados. Nos últimos anos dois programas federais tem dado maior impulso para a comercialização de produtos da agricultura familiar: o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes dois programas garantem a compra da produção da agricultura familiar com o pagamento em até 30% a mais do valor normal para aquelas produzidas de forma orgânica. O PNAE, implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas (PNAE, 2010). O PAA tem grande importância para a segurança alimentar no Brasil, uma vez que se estima que este atenderia cerca de 15% de pessoas em situação de insegurança alimentar (DESER, 2008). Além dos agricultores da ASPOAGRE que comercializam para o PAA, segundo a EMDAGRO, estima-se que em Sergipe, no ano de 2011, os produtores regularizados pelos mecanismos de OCS do MAPA sejam contemplados por estes programas. Para a agricultura familiar, estes programas significam muito pelo reconhecimento da importância dessa atividade para o fornecimento da alimentação do povo brasileiro, assim como o estímulo ao abastecimento e à economia do mercado local e o incentivo à transição agroecológica. Da mesma maneira como os problemas enfrentados quanto à certificação, observa-se que os mecanismos de comercialização do governo não são suficientes para escoar toda a produção dos agricultores. Dessa forma, é preciso um estímulo dos mercados locais através de parcerias entre agricultores organizados e gestores municipais. Verifica-se que o PAA pode ter grande importância na construção

do conhecimento agroecológico, uma vez que segundo Grisa et al (2012), o programa promove, entre outros, a garantia de mercado, a criação de novos mercados e o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais.

Um plano de desenvolvimento rural local, construído de forma participativa, pode ser uma alternativa ao problema do excedente de produção da agricultura familiar. No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade proporcionam exemplos de mercados que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociabilidade por meio das relações diretas entre produtores e consumidores. Há também, em torno da ideia de produtos de qualidade associados a territórios específicos, um potencial de criação de territorialidades socioeconômicas e culturais, por meio da relação entre homens, produtos, culturas, identidades e regiões diversificadas (SABOURIN, 2009).

Formação profissional

No Brasil, Caporal e Petersen (2012) estimaram que existiam cerca de 100 cursos em Agroecologia, ou com enfoque agroecológico, o que têm demandado grandes debates promovidos pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Estima-se que na região Nordeste exista pelo menos 27 cursos de Agroecologia divididos em nível médio, superior tecnólogo e superior bacharelado, sendo este último ainda sem o reconhecimento de categoria, fornecido por Conselhos profissionais, como o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), por exemplo. No Congresso Brasileiro de Agroecologia realizado em Fortaleza – CE, no ano de 2011, houve um espaço para o debate da educação formal em Agroecologia. Nesse evento, alguns coordenadores de cursos de Agroecologia mostraram suas preocupações com esta falta de perspectiva para o reconhecimento da profissão de Agroecólogo, visto que não existe uma posição

definida, tanto nos conselhos regionais, como nas esferas governamentais. Caporal e Petersen (2012) salientaram que este número crescente de cursos tendo a Agroecologia como foco, não foi fruto de nenhuma política governamental, mas sim por meio de movimentos da sociedade civil e profissionais em instituições que alavancam este processo. Muitos esforços estão sendo feitos para a formação de profissionais que atuam no campo com enfoque agroecológico. Caporal (2009) destaca que o Brasil é, provavelmente, o país no mundo com maior número destes cursos em funcionamento na atualidade, desde o nível médio até a pós-graduação. No entanto, é preciso atentar para a qualidade dos mesmos, e também para aspectos como estrutura, formação dos professores e metodologias de ensino, visto que, não apenas em Sergipe, existem muitos problemas e resistências internas para promoção destes cursos nas instituições de ensino. Para exemplificar, em muitos editais de concursos para contratação de professores para os cursos de Agroecologia, um dos requisitos é a formação em Agronomia, muitas vezes excluindo profissionais da área de Veterinária e Ciências Biológicas.

Nos cursos de ciências agrárias da UFS diagnosticou-se que em relação à temática de Agroecologia, falta interação entre os trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos, pois muitos até apresentam a perspectiva agroecológica, no entanto, os próprios professores não têm a percepção sistêmica, contribuindo para que a atuação da universidade se torne pontual, com trabalhos que têm fins em si mesmos e não conseguem ter visibilidade, respaldo e atender às reais demandas da sociedade. Ainda na UFS, foi criada em 2008 a disciplina optativa de Agroecologia e incorporada em 2009 à grade curricular obrigatória do curso de Engenharia Agrônoma. Ainda que sua inserção tenha sido uma conquista dos estudantes, podendo

representar um avanço para a mudança de paradigma na Universidade, existe uma grade inteira do curso baseada no modelo convencional e na transferência de tecnologia, numa concepção de ensino, pesquisa e extensão fragmentada, sem metodologia interdisciplinar e visão sistêmica.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) recentemente criou o curso superior de Tecnólogo de Agroecologia, que surgiu por meio da demanda do governo federal em criar novos cursos. Porém, segundo informações de um membro do corpo docente, o curso necessita de um maior contato entre os estudantes e os movimentos sociais, e de uma dimensão mais participativa e de vivência com o agricultor. Esta contradição é existente em praticamente todas as instituições de ensino, pesquisa e extensão, onde profissionais que atuam dentro da concepção agroecológica compartilham seus trabalhos com outros profissionais que têm a concepção idealizada pela Revolução Verde. Portanto, os problemas encontrados, se devem à dificuldade em interligar a área das agrárias às demais áreas do conhecimento, esquivando-se do princípio da interdisciplinaridade que propõe a Agroecologia.

Desde 2011 o IFS disponibiliza o curso de nível médio em Agroecologia em campus no município de Nossa Senhora da Glória, sertão sergipano, que em seu projeto pedagógico prevê uma metodologia que incorpore mais atividades práticas e interação com o agricultor. Seus projetos de extensão terão o objetivo de incentivar a interação dos estudantes com os agricultores, pois as vivências serão todas nas propriedades dos agricultores da região. Uma experiência interessante ocorre no município de Poço Redondo, também no sertão sergipano, onde estudantes do nível médio do Centro Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro, têm a oportunidade de vivenciar a experiência de agricultores agroecológicos por meio de aulas práticas enriquecendo a construção

do conhecimento por meio do diálogo de saberes, entusiasmando os agricultores ao saber que jovens técnicos estão sendo formados para contribuir na valorização da sua comunidade.

Ainda que haja limitações, a criação destes cursos e a oferta de disciplinas de Agroecologia têm um grande papel na disputa de uma concepção de campo e sociedade. Significa a conquista cada vez maior desses espaços, evidenciada pela presença de filhos de assentados matriculados no IFS e a formatura de 54 filhos de assentados no curso de Engenharia Agrônoma da UFS em 2008. Este último promovido através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, foi fruto de uma parceria entre o INCRA, a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe - Fapese, a UFS e o MST. O curso foi financiado pelo INCRA e recebeu um investimento total de cerca de R\$ 850 mil. Segundo informações obtidas junto à coordenação do MST, dos 54 agrônomos formados na primeira turma, 50 estão atuando na área de Agroecologia, ou na coordenação do MST.

Além das instituições públicas de ensino, existem as organizações estudantis: Centro Acadêmico Livre de Engenharia Agrônoma - CALEA, EVA e Coletivo Cabeça de Frade que reúnem estudantes de agronomia, engenharia florestal, comunicação social e biologia na UFS, entre outros. Estes fomentam o debate de formação profissional com base na Agroecologia, envolvendo práticas agroecológicas e a relação direta com os movimentos sociais em espaços de formação e vivência da realidade do campo. Este tipo de atuação do movimento estudantil teve um papel importante na construção da Agroecologia, visto os antigos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) que motivaram milhares de pessoas, majoritariamente estudantes, no final dos anos 1980, sendo que muitos daqueles continuam na militância da Agroecologia. Foi a partir da ação

conjunta de organizações estudantis de agricultura alternativa e associações de agrônomos que tiveram atuação determinante para aprovação da lei nacional de controle do uso de agrotóxicos (PETERSEN et al., 2009).

Extensão rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, instituída pela lei Nº 12.188/2010, surgiu como uma nova diretriz para a assistência técnica, para promover a atuação do extensionista no campo com a priorização das práticas agroecológicas, a utilização de novas metodologias de envolvimento da comunidade e de diagnósticos (DOU, 2010). No entanto, para que isso ocorra na prática necessita-se estimular e capacitar os técnicos para essa forma de trabalho que é bem diferente para a maioria daqueles que atuam na extensão rural do nosso país.

Segundo um técnico do INCRA, a Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) possui uma ação de fomento à instalação de agroindústria e comercialização e estímulo à Agroecologia, denominada de “Terra Sol”, que ocorre por meio da instalação de unidades demonstrativas. Um projeto desenvolvido pelo INCRA, em Sergipe, é o de incentivo da agroindústria, com a instalação de casas de farinha em assentamentos. Nelas foi adotada como mote a sustentabilidade ao diversificar a produção por meio de um modelo tecnológico mais autônomo, com o beneficiamento da farinha de mandioca e agregação de renda. Nesse caso a contribuição para a Agroecologia é indireta, pois o agricultor pode deter toda a cadeia produtiva, não dependendo de atravessadores e podendo comercializar esse produto diretamente para o governo via CONAB e prefeituras, e através dos programas PAA e PNAE, por exemplo.

Apesar destas experiências, observou-se que no INCRA as principais dificuldades enfrentadas é a formação conceitual e metodológica em Agroecologia de seus técnicos. Para que haja

extensionistas envolvidos em trabalhos com a agricultura familiar e que tenham o compromisso em desenvolver agriculturas de base ecológica, há um longo caminho a se percorrer. Estes técnicos devem estar dispostos a se atualizarem constantemente e convencerem-se da necessidade desse novo projeto de desenvolvimento para o campo, que é a Agroecologia.

Segundo assessores técnicos do órgão público de extensão rural em Sergipe, a EMDAGRO, esta vem contribuindo com a construção da Agroecologia focando na capacitação dos agricultores, identificando aqueles com perfil para desenvolver práticas agroecológicas, além de promover cursos que trabalham teoria e prática em unidades demonstrativas. De maneira geral, a relevância da extensão rural é minimizada desde o ensino médio ao superior, onde não existe o tripé do ensino, pesquisa e extensão na formação dos futuros profissionais. Esta é uma realidade não só da UFS, mas da maioria das universidades brasileiras. É preciso uma mudança nessa concepção sobre extensão rural, seja nas instituições de ensino, pesquisa ou assistência técnica. Numa análise sobre a extensão, Paulo Freire (1983) discute sobre a atuação do extensionista rural afirmando que “parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (pela comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expressos por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agentes de desenvolvimento”. Só assim ocorre a comunicação eficaz e somente através dela poderá o extensionista exercer com êxito o seu trabalho, que será compartilhado pelos agricultores.

Segundo membro do corpo docente do IFS, esta instituição tem utilizado a metodologia de pesquisa-ação numa pesquisa sobre o uso dos recursos florestais na reserva de mata atlântica pertencente

à instituição, a qual envolve as comunidades Quissamã e Cajueiro, localizadas em seu entorno. O trabalho do IFS consistiu em identificar os usuários e fazer reconhecimento de que não se pode interagir com a área adotando práticas não conservacionistas. Desse modo, utilizar-se-ia de projetos de sustentabilidade que trariam alternativas de plantio de frutas para coleta em determinados momentos, resgatando a credibilidade com a comunidade e o respeito aos recursos naturais. Observa-se que com essa atividade, a instituição tem buscado interagir a pesquisa e extensão com enfoque agroecológico fazendo com que os alunos entendam sobre a importância do diálogo de saberes com a comunidade para a construção do conhecimento agroecológico.

Segundo o MST, a extensão rural do movimento é de base agroecológica, seguindo as premissas da ATES utilizando o conhecimento local para desenvolver a organização produtiva, cooperação agrícola e reforma agrária. No entanto, as dificuldades existem, pois faltam técnicos capacitados em Agroecologia e recursos financeiros disponíveis para a contratação destes e políticas públicas capazes de chegar até a base.

Como observado, já há alguma construção do conhecimento agroecológico, ainda que presente em projetos pontuais por falta de financiamentos, entre as organizações que promovem a assistência técnica rural, sejam elas públicas ou movimentos sociais. A contradição que existe nisso é a necessidade de ter a Agroecologia como base da orientação técnica.

Pesquisa em Agroecologia

Diante do caráter científico que se confere nas bases que sustentam a Agroecologia, a pesquisa é um elemento essencial na construção de inovações tecnológicas adequadas à agricultura familiar agroecológica.

A Embrapa, que é referência no que diz respeito

às pesquisas agropecuárias realizadas no Brasil, dedica-se a solução dos problemas enfrentados no campo, bem como busca o avanço tecnológico da agricultura brasileira. Observou-se, no entanto, que é limitado o espaço para o desenvolvimento de pesquisas para a produção de base ecológica. A publicação do Marco Referencial em Agroecologia (EMBRAPA, 2006) mostrou a dimensão que vem tomando a Agroecologia na empresa, bem como demonstrou a preocupação em delinear caminhos para as atividades a serem realizadas e as que já estão sendo executadas por uma parte dos pesquisadores envolvidos.

Devido à forte presença da agricultura familiar e sua significância em Sergipe, a Embrapa Tabuleiros Costeiros tem grande demanda de pesquisas nessa área que se baseiam em tecnologias simples e eficazes, mas não necessariamente vinculadas à perspectiva agroecológica. Esse envolvimento com a agricultura familiar fez com que pesquisadores fizessem, ainda que de forma lenta, a relação do aspecto produtivo ao social dentro dos projetos. Destacam-se os trabalhos desenvolvidos para gestão ambiental do campo experimental da Reserva do Caju no município de Itaporanga D'Ajuda e da Comunidade Ilha Mem de Sá que provocou a discussão de sustentabilidade através de atividades práticas com agricultores locais, visitas da sociedade civil e pesquisas enfocando os temas agroecologia, etnociência, restauração florestal e conservação de germoplasma (EMBRAPA, 2012). Recentemente, cerca de 750 ha deste campo experimental foram transformados em Reserva Particular do Patrimônio Natural (SECOM, 2012). Mais recentemente, um novo projeto de pesquisa iniciou-se, tendo como foco o uso de metodologias participativas e Agroecologia em assentamentos rurais do Estado, em parceria com o INCRA e com a UFS.

No território do Baixo São Francisco Sergipano vem sendo executado o programa Territórios da Cidadania, desenvolvido pelo MDA em conjunto

com a Embrapa e o MST. Para o pesquisador da Embrapa responsável pelo projeto, a relação de parceria entre os executores do projeto foi um fator determinante para o sucesso do mesmo, que deixou de ser um trabalho pontual e de constatação e passou a ganhar repercussão e crédito dentro da comunidade em que foi realizado.

Pesquisas participativas, a exemplo das realizadas com famílias de agricultores visando a caracterização e avaliação de sementes de milho na Paraíba (SILVA et al., 2011), são exemplos de ações desenvolvidas que buscam o reconhecimento, através de políticas públicas, do saber dos agricultores quanto ao desenvolvimento local de variedades de sementes crioulas no semiárido paraibano.

Já na UFS, na área das agrárias, identificou-se que não existem pesquisas que trabalhem diretamente a Agroecologia. No entanto, diagnosticou-se o projeto de pesquisa “Importância sócio-econômica do extrativismo da aroeira no território do Baixo São Francisco”, financiado pelo CNPq, que envolveu várias áreas do conhecimento. Porém, a falta de diálogo entre os pesquisadores envolvidos para executar o projeto é uma grande dificuldade enfrentada. Quanto à pós-graduação, foi criado em 2004 o Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – NEREN, em nível de mestrado, que segundo uma professora do programa, surgiu com o objetivo de analisar os sistemas de produção num enfoque sistêmico, colocando a Agroecologia como uma das linhas de ação. Porém, identificou-se que na prática não existe essa preocupação por alguns pesquisadores que participam do mestrado. A verdadeira preocupação é conseguir pontuação de “qualidade” que, segundo estes, a Agroecologia não fornece, tornando o curso com uma visão conservadora, tecnicista e muito pouco preocupada com a questão ambiental. Este tipo de comportamento justifica-se pelo próprio Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia que, segundo

Trein e Rodrigues (2011), estabelece regras mercantis para a produção do conhecimento, ou seja, as regras para obtenção de financiamentos para a pesquisa usa a mesma ferramenta para construção de estradas, que é o edital.

Tal situação, enfrentada pela Agroecologia, reflete um contexto maior e amplamente discutido nacionalmente sobre o produtivismo científico. Trein e Rodrigues (2011) afirmam que embora a comunidade científica nacional e internacional se curve aos ditames produtivistas, mesmo entre os que o fazem considerando que contribuem para o avanço da ciência, há uma grande preocupação com a qualidade do que é produzido. Mais do que discutir o produtivismo, precisamos discutir para “quem vai servir” a pesquisa.

O Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS, foi instituído e coordenado pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, que desde 1994 integra uma rede interdisciplinar interinstitucional e intra-regional, contando com oito Universidades da região Nordeste. Ele tem por objetivo a formação de pós-graduandos em nível de Mestrado voltados para o estudo de questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável da região Nordeste do Brasil (PRODEMA, 2010). O programa tem como linhas de pesquisa: planejamento e gestão ambiental e dinâmica e; avaliação ambiental ambos com estudos de sistemas sócio-ambientais e nichos biofísicos, econômicos e culturais, todos fundamentados na sustentabilidade. Estas linhas de pesquisas, com olhar um pouco mais holístico dos processos que envolvem o meio ambiente, possibilitam que áreas de conhecimento como a Agroecologia sejam discutidas, estudadas e postas em prática, mesmo que o termo “Agroecologia” seja raramente empregado.

Também foram identificadas na UFS, com certa dificuldade, atividades de pesquisa e extensão, realizadas para além das ciências agrárias

contribuindo para o processo de transição agroecológica. Estas atividades envolvem as áreas da Geografia, Sociologia, Educação e Serviço Social.

Considerações Finais

No território sergipano, em 2006, houve a tentativa de formação de uma rede agroecológica, por ocasião da realização do II Encontro Nacional de Agroecologia. No entanto perdeu-se o contato e comunicação por falta de entendimento do que poderia ser esse instrumento de organização das entidades. Durante o I Seminário Sergipano de Agroecologia em 2011 resgatou-se a dinâmica de articulação desta rede com participação significativa de organizações, muitas delas citadas aqui neste trabalho. Já em 2012 foi realizado o II Encontro Sergipano de Agroecologia através da parceria UFS e IFS, com participação dos movimentos sociais, sindicato e instituições de pesquisa e extensão rural do estado. Minimamente algumas articulações têm sido feitas, vide os eventos nos últimos anos. Contudo, como nos ensina a Agroecologia, os espaços serão ganhos quando houver coletividade.

Verificou-se que de forma geral há diferentes concepções referentes ao entendimento sobre a Agroecologia. Existem definições que caracterizam de forma isolada os diferentes aspectos em que se propõe a construção do conhecimento agroecológico, o que acaba por generalizar o conceito em definições de reducionismo científico. Isto refletiu diretamente nas atividades aqui diagnosticadas, onde a ausência de uma atuação com enfoque sistêmico resultou: a) falta de assistência técnica capacitada; b) ausência dos agricultores na tomada de decisões a serem feitas nos projetos desenvolvidos, c) falta do diálogo entre os saberes tradicional e científico e; d) políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, mas ainda com enfoque na agricultura convencional, impossibilitando a produção

sustentável.

No estado de Sergipe a predominância da agricultura familiar já é um elemento potencial para desencadear-se o processo de transição agroecológica. A pequena dimensão geográfica do estado dá facilidade aos deslocamentos e conseqüente integração e troca de experiências realizadas nas suas diferentes regiões. Porém, é necessário um referencial teórico para que os trabalhos realizados possam ter consistência técnica e ética em relação ao conhecimento agroecológico, comprometido com o desenvolvimento de agroecossistemas diante das dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética.

No âmbito institucional falta um olhar multidimensional nas políticas públicas desenvolvidas no estado que possam de fato contribuir para o avanço do processo de transição agroecológica. A falta de uma relação mais próxima entre as organizações de ensino, pesquisa e extensão implica na dificuldade em avançar a cerca da construção da Agroecologia em Sergipe.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 5ªed, 2009, 120p.
- BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.
- CAPORAL, F.R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, 2009, 30p.
- CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**. Murcia.v.6, p.63-74, 2012.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: uma Avaliação**. Curitiba: DESER, 2008.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). **Lei Nº 12.188/2010**. Capturado em 05 nov 2010. On

- Line. Disponível na internet
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Reserva do Caju**. Capturado em 23 dez 2012. On line. Disponível na internet
<http://www.cpatc.embrapa.br/caju/vitrines.htm>
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 95p. (O Mundo Hoje, 24).
- GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L.; MALUF, R.S.; LEITE, S.P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. R. Janeiro, OPPA/UFRRJ/ActionAid, 2009, 24p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Agricultura Orgânica**. Capturado em 15 out 2010a. On line. Disponível na internet
<http://www.prefiraorganicos.com.br/>.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Agricultura orgânica no Brasil: Coordenação de Agroecologia**. Capturado em 15/10/2010b. On line. Disponível na internet
<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/coordagroecologia.aspx>.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Agricultura orgânica no Brasil: Comissão de Produção Orgânica nas Unidades da Federação – CPOrg**. Capturado em 15 out 2010c. On line. Disponível na internet
<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/cporgs.aspx>.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Orgânicos: Orientações técnicas**. Capturado em 15 out 2010d. On line. Disponível na internet
<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/orientacoes-tecnicas>.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Capturado em 01 nov 2010. On line. Disponível na internet
http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/rede-stematicasdeater/agroecologia/one-community?page_num=0
- MOREIRA, R.M.; CARMO, M.S. A Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.
- NASCIMENTO, N.; SIQUEIRA, P.Z.R.; SIQUEIRA, E.R. Percepção de viabilidade do sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8, 2011, Fortaleza, CE. **Cadernos de Agroecologia**. v.6, n.2, 2011.
- PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F.K.; CAPORAL, F.R. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. In: PETERSEN, P. (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA. p. 85-103, 2009.
- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Capturado em 04 out 2010. On line. Disponível na internet
<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>.
- PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA). Capturado em 02 out 2010. On line. Disponível na internet.
http://200.17.141.110/pos/prodema/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=31
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro/RJ, Editora Garamond, 2009. 336p.
- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO FEDERAL (SECOM). **Reserva do Caju, em Sergipe, vira área de conservação permanente**. Boletim 1216. Capturado em 10 dez 2012. On line. Disponível na internet
<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica/em-questao/edicoes-antiores/fevereiro-2011/boletim-1216-03.02/reserva-do-caju-em-sergipe-vira-area-de-conservacao-permanente>
- SILVA, E.D.; SANTOS, A.S.; NUNES, F.R.; MARINI, F.S. Pesquisa participativa para avaliação e seleção das Sementes da Paixão junto às famílias agricultoras na Paraíba. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 7, 2011, Fortaleza, CE. **Cadernos de Agroecologia**. Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Agroecologia, v.6, 2011.
- TREIN, E.; RODRIGUES, J. O canto da sereia do produtivismo científico: o mal-estar na Academia e o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Universidade e Sociedade**. Brasília, DF, n.47, p. 122-132, 2011.